



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos oito dias do mês de dezembro de 2015, às onze horas e quinze minutos, na sala de reunião das Comissões da CLDF, a presidente da Comissão, Deputada Sandra Faraj, abriu a Vigésima Sexta Reunião Ordinária da Comissão. Presentes, inicialmente, os Deputados Bispo Renato Andrade e Raimundo Ribeiro. No decorrer da reunião compareceu o Deputado Robério Negreiros. Dando início aos trabalhos, foram dadas por lidas e aprovadas, por três votos favoráveis e duas ausências, a Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 10/11/2015 e a Ata da 24ª Reunião Ordinária, realizada em 17/11/2015. Ato contínuo, foi apreciado o **Item 01 – PELO 31/2015**, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes e outros, sendo relator o Dep. Raimundo Ribeiro, que “Acrescenta o § 12 ao art. 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade na forma das emendas 1 e 2 da CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade na forma das emendas 1 e 2 da CCJ por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 02 – PL 1406/2013**, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Estabelece normas na instalação de novos semáforos, com passagem de pedestres no Distrito Federal, e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade com emenda da CEOF. Resultado: não apreciado. **Item 03 – PL 61/2015**, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Institui a Política de transição entre mandatos do Poder Executivo Distrital”. Parecer: pela Admissibilidade e Aprovação. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade e Aprovação por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 04 – PL 72/2015**, de autoria do Dep. Rafael Prudente e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Dispõe sobre a implantação de repúblicas para idosos de baixa renda no Distrito Federal, na forma que menciona”. Parecer: pela Admissibilidade na forma do substitutivo da CAS. Resultado: não apreciado. **Item 05 – PL 166/2015**, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Institui o Selo Empresa Sustentável no âmbito do Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: não apreciado. **Item 06 – PL 381/2015**, de autoria do Dep. Rafael Prudente e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Dispõe sobre a afixação de cartaz em revendedoras e concessionárias de veículos, informando sobre isenções específicas, e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 07 – PL 429/2015**, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Altera dispositivos da Lei n.º 226 de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o controle da comercialização da cola de sapateiro e outros produtos derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: não apreciado. **Item 08 – PL 432/2015**, de autoria do Dep. Júlio César e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que “Estabelece Diretrizes para o acesso ao direito social à educação, com pleno desenvolvimento do educando, e para a priorização dos ideais de coletividade e solidariedade e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 09 – PL 68/2015**, de autoria do Dep. Júlio César e relatoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que “Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que ‘Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal’. Parecer: pela Admissibilidade com emenda de relator. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade, com emenda de relator, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 10 – PL 193/2015**, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que “Dispõe sobre a suspensão do fornecimento de água potável à população do Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade na forma do substitutivo da CDC. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade, na forma do substitutivo da CDC, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 11 – PL 863/2012**, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes e relatoria do Dep. Chico Leite, que “Dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília - CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: não apreciado. **Item 12 – PL 1374/2013**, de autoria do Dep. Joe Valle e relatoria do Dep. Chico Leite, que “Proíbe a venda casada de brindes, brinquedos e afins com refeições destinadas ao público infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade na forma do substitutivo da CESC. Resultado: não apreciado. **Item 13 – PL 442/2015**, de autoria da Dep. Liliane Roriz e relatoria do Dep. Chico Leite, que “Inclui na programação cultural anual do dia 21 de abril a visita pública ao Museu da Casa Velha localizada nas dependências do Brasília Country Club”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: não apreciado. Nesse momento, assumiu a presidência o Dep. Raimundo Ribeiro. **Item 14 – PL 634/2011**, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “Dispõe sobre o estabelecimento de ponto facultativo pelos poderes do Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade com a emenda 01 da CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade com a emenda 01 da CCJ por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 15 – PL 229/2015**, de autoria do Dep. Agaciel Maia e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “Inclui no Calendário de Eventos, O Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Distrito Federal”. Parecer: pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CCJ. No momento da leitura do parecer, o Dep. Robério Negreiros compareceu à reunião. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CCJ por quatro votos favoráveis e uma ausência. **Item 16 – PL 338/2015**, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “Dispõe sobre a transparência dos gastos com cartão corporativo”. Parecer: pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CFGTC. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CFGTC por quatro votos favoráveis e uma ausência. **Item 17 – PL 437/2015**, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana da Escola de Música de Brasília”. Parecer: pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CCJ por quatro votos favoráveis e uma



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

ausência. **Item 18 – PR 60/2013**, de autoria da Dep. Liliane Roriz e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Institui no Poder Legislativo do Distrito Federal a medalha Mérito Mulher e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade na forma do substitutivo da CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade nos termos do substitutivo da CCJ por quatro votos favoráveis e uma ausência. **Item 19 – PR 17/2015**, de autoria da Mesa Diretora e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera dispositivos da Resolução nº 258, de 2012". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade por quatro votos favoráveis e uma ausência. **Item 20 – PDL 56/2015**, de autoria da CEOF e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Fixa o subsídio de cargos do Poder Executivo do Distrito Federal". Parecer: pela Admissibilidade com a emenda 01 da CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade com a emenda 01 da CCJ por quatro votos favoráveis e uma ausência. Nesse momento, assumiu a presidência o Dep. Robério Negreiros. **Item 21 – PDL 54/2015**, de autoria da Dep. Sandra Faraj e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade por quatro votos favoráveis e uma ausência. **Item 22 – PDL 84/2015**, de autoria da Dep. Liliane Roriz e outros, sendo relator o Dep. Chico Leite, que "Susta os efeitos do Decreto nº 36.783, de 1º de outubro de 2015, que altera o inciso IV, do artigo 6º, do Decreto nº 29.975, de 27 de janeiro de 2009, que trata do preço cobrado à população no fornecimento de refeições nos restaurantes comunitários, e dá outras providências". Parecer: pela Inadmissibilidade e Rejeição. Resultado: não apreciado. A seguir, foram apreciadas em bloco e aprovados os pareceres pela admissibilidade, por quatro votos favoráveis e uma ausência, das seguintes Indicações: **Item 23 – PDL 4/2015**, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que "Concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Jorge Octávio Lavocat Galvão". **Item 24 – PDL 281/2014**, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que "Concede o Título de cidadão Honorário de Brasília ao empresário Agenor Rodrigues Chaves Neto". **Item 25 – PDL 8/2015**, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Iimar Nascimento Galvão". Nesse momento, assumiu a presidência o Dep. Bispo Renato Andrade, que colocou em apreciação o **Item 26 – PLC 37/2015**, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis, uma abstenção – Dep. Robério Negreiros e uma ausência. Nesse momento, assumiu a presidência o Dep. Raimundo Ribeiro. **Item 27 – PLC 44/2015**, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera o art. 1º, caput, da Lei Complementar nº 894, de 02 de março de 2015, que dispõe sobre a movimentação dos recursos dos fundos especiais na conta única do tesouro do Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis, um contrário – Dep. Bispo Renato Andrade e uma ausência. **Item 28 – PL 745/2015**, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que

8



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

“Estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o exercício de 2016”. Parecer: pela Admissibilidade na forma da emenda nº 01 - CEOF e emendas de relator, inadmitindo-se a emenda nº 02 – CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade na forma da emenda nº 01 - CEOF e emendas de relator, inadmitindo-se a emenda nº 02 – CCJ por quatro votos favoráveis e uma ausência. A seguir, por sugestão da Dep. Sandra Faraj, foi acordado entre os membros a apreciação do PLC 27/2015 como item extrapauta. **Item 29 – PLC 27/2015**, de autoria da Defensoria Pública do DF e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que “Altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade com emendas de relator e emendas da CAS. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade, com emendas de relator e emendas da CAS, por quatro votos favoráveis e uma ausência. Após a apreciação deste último item, retomou a presidência a Dep. Sandra Faraj, que, não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. E eu, Eduardo Miranda Melis, Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pela Presidente e pelos demais Deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.


DEPUTADA SANDRA FARAJ
Presidente da CCJ

